

Os aikewáras e a guerra contra o silêncio: ditadura a perpetuação da imagem colonial dos indígenas nos meios de comunicação

The aikewara and the war against the silence: dictatorship and the perpetuation of the colonial image of the indigenous people in the media

Thomas Jefferson Gonçalves

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil

Fernando Oliveira Paulino

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil

Resumo

Este artigo analisa como veículos de comunicação tratam pautas indígenas por meio de um caso concreto: o processo de tortura e anistia dos aikewáras. Foca-se especialmente no contexto político em que os indígenas sofreram abusos – a ditadura militar e a Guerrilha do Araguaia –, bem como o AI-5 como instrumento específico para o agravamento da situação. Para tanto, primeiro são analisados os fatos ocorridos com os aikewáras, cuja história permanece desconhecida por grande parte do público. A partir desse contexto, discute-se a presença do indígena nos meios de comunicação e como são representados por esses, fazendo-se paralelo com estereótipos advindos do colonialismo europeu.

Abstract

This essay analyses how communication vehicles treat indigenous subjects through a real case: the process of torture and amnesty of the aikewara people. This article focus especially on the political context in which such abuses occurred – the military dictatorship and the Araguaia Guerrilla War –, as well as the AI-5 as a specific mechanism to make the situation worse. In order to do so, firstly the facts that involved the aikewara, whose story still remains unknown by a big part of the public, are analysed. Based on such context, it is discussed the presence of the native at communication means and how they are depicted on these means, making a parallel with stereotypes originated during the European colonialism.

Palavras-chave

Indígena; aikewára; Araguaia.

Keywords

Native; aikewara; Araguaia.

Ussuwerekohiw – a guerra

O povo aikewára passou por diferentes desafios ao longo de sua história recente, beirando a extinção diversas vezes. Chegaram à região em que hoje se encontram, no sudeste do Pará, na bacia do rio Araguaia, fugidos de confrontos territoriais com indígenas xicrins, em inícios do século passado. Não encontrariam, porém, paz na nova terra. Já a partir da década de 1940, conflitos com invasores grileiros, garimpeiros, madeireiros e coletores de castanha-do-pará se tornariam nova ameaça aos aikewáras, bem como doenças como sarampo e gripe¹.

Quando o frade dominicano Gil Gomes Leitão chegou à aldeia aikewára, em meados dos anos 1950, havia poucas dezenas de indivíduos (FERRAZ et al, 2014). Apesar de se ausentar por longos intervalos, o missionário começou, gradualmente, importante trabalho para a recuperação da população aikewára. Pediu, inclusive, ajuda ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que precedeu a Fundação Nacional do Índio (Funai). Apenas em 1964 o SPI fez o primeiro registro oficial dos aikewáras – então denominados “assurinís” ou “suruíís” – termos pejorativos para esse povo. Em 1968, o presidente Artur da Costa e Silva emitiu decreto interditando a zona ocupada pelos aikewáras, cuja demarcação foi homologada apenas pela Funai em 1983, após conturbado processo que excluiu do território áreas tradicionais importantes para a tribo, como o antigo cemitério e jazidas de argila.

A demora para os aikewáras passarem a constatar oficialmente nos registros estatais, a lentidão na demarcação de suas terras e o interesse de poucos indivíduos em protegê-los denota a falta de interesse da sociedade para com minorias. Adotar uma denominação por vezes equivocada ou até ofensiva para povos indígenas exemplifica a precariedade na comunicação com essas culturas, ainda que avanços venham sendo conquistados.

1 POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Histórico do contato*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/aikewara/995>>. Acessado em 31-1-2018.

Um dado importante na trajetória dos aikewáras é a região que se estabeleceram após anos de perseguição xicrim: próximo ao rio Araguaia, entre as cidades de São José, São Geraldo e Xambioá. Foi justamente onde um grupo de militantes resolveu instalar-se para iniciar o que acreditavam ser uma revolução de inspiração maoísta. Quando finalmente foram descobertos por militares, deflagrou-se o conflito que viria a ser conhecido como a Guerrilha do Araguaia. E todos os que estavam à sua volta – indígenas e camponeses – seriam envolvidos nas atrocidades ali cometidas.

Já a partir de 1964, começaram os preparativos para a revolução liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com o envio de militantes para treinamento militar na China (GASPARI, 2002). Entre 1967 e 1971, os militantes chegaram aos arredores do Araguaia, advindos de diferentes cidades. Buscavam passar-se por habitantes locais, a fim de conquistar a simpatia desses. Prestavam auxílio médico e educacional, estabeleciam trocas de produtos e abriam diferentes comércios, como farmácia, bar e armazém. Ao mesmo tempo, buscavam a mobilização dos locais, incutindo pensamentos socialistas. Os guerrilheiros chegaram a somar em torno de sessenta pessoas e mantinham os preparativos para o conflito, estocando munição e alimentos, além de manter treinamento de combate em selva.

O plano foi descoberto pelas forças armadas antes que os militantes estivessem devidamente preparados. Ao todo, foram realizadas quatro grandes operações militares a fim de debelar o conflito, além de outras menores: Papagaio, Sucuri, Marajoara e Limpeza, sendo a última algo não oficial após o término dos combates, em 1975². De início, o Exército chegou à área com muita truculência junto aos habitantes locais e usou escassos recursos

2 ESTADÃO. *Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia,390566>>. Acessado em 28-4-2017.

de inteligência, embrenhando-se em terreno pouco conhecido e sofrendo pesadas baixas em confrontos diretos com os guerrilheiros. Com o tempo, porém, sofisticou as ações, chegando mesmo a imiscuir alguns agentes entre a população. Os militares abriram estradas, construíram postos e quartéis e arregimentaram civis, muitas vezes forçosamente. Os camponeses que não colaboravam ou que eram suspeitos de ter ligações com os guerrilheiros acabavam torturados (FILHO, 2012).

O mesmo ocorreu com os aikewáras, desde a primeira grande operação (FERRAZ et al, 2014). Militares invadiram a antiga aldeia e queimaram as habitações e o estoque de alimentos para que não caíssem em mãos inimigas. Os indígenas foram obrigados a passar semanas concentrados na praça central da aldeia, expostos às intempéries e passando fome. Foram proibidos de exercer suas atividades tradicionais de caça, de cultivo e de artesanato. Há relatos de mulheres grávidas que sofreram aborto espontâneo devido a maus tratos e a torturas psicológicas.

Muitos aikewáras foram agredidos fisicamente e submetidos a insistentes interrogatórios. Por conhecerem a região, foram obrigados pelos militares a servirem como guias pela mata³. Funcionários da Funai, cujo dever era proteger indígenas, ajudaram a selecionar os aikewáras mais aptos e ameaçaram expulsá-los de suas terras caso não colaborassem. Alguns entre os homens mais jovens e saudáveis foram escolhidos e passaram por momentos de horror tanto quanto os que permaneceram na aldeia (FERRAZ et al, 2014).

Se decolar de helicóptero já não era chocante o suficiente para esses indígenas, mais ainda foi verem-se em meio a tiroteios. Presenciaram torturas contra camponeses e a execução de guerrilheiros. Passavam dias carregando equipamentos, comendo pouco e dormindo no chão da

3 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *CNV recebe relatório sobre violações de direitos dos índios Aikewara, Suruí, do Pará*. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/483-cnv-recebe-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-dos-indios-aikewara-suru-i-do-para.html>>. Acessado em 28-4-2017.

mata, sem proteção. Muitos adoeceram, alguns se feriram. Porém, os aikewáras que fraquejavam ou que demonstravam alguma resistência também eram torturados durante as expedições, servindo, por exemplo, de apoio para metralhadoras, ou colocados como escudo humano no combate.

Tão logo a guerrilha foi debelada, os militares encerraram as operações e partiram. Restou um quartel na região, que, eventualmente, serviria de base para as sucessivas incursões para apagar vestígios dos crimes cometidos por soldados durante os conflitos.

O silêncio da sociedade

Após os conflitos, veio outro tipo de tortura para os aikewáras: o desprezo da sociedade. Ou foram ignorados, ou foram acusados de colaboracionismo, estigma que persiste até hoje em dia.

Além da já comentada tendência de a sociedade não se importar com problemas indígenas, o contexto histórico também dificultou. À época, vigorava o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que autorizava, entre outras arbitrariedades, a censura prévia da imprensa (STEIN, 2012). A primeira matéria sobre o conflito no Araguaia só foi publicada cinco meses após o início das operações, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24 de setembro de 1972, por meio do que se considera um grande drible na censura⁴. Seria a única reportagem aprofundada sobre o tema por anos, de modo que o governo conseguiu despistar até mesmo grandes veículos de informação internacionais (PORTELA, 2002). O autor da proeza, o jornalista Henrique Gonzaga Júnior, descreveu em detalhes o teatro de guerra, com números e nomes de ambos os lados, mesmo sem presenciar os combates (MORAIS; SILVA, 2005). As informações oficiais minimizavam o ocorrido, denominando-o “foco guerrilheiro”; os boatos atestavam tratar-se de uma “guerra civil na Amazônia”. O Araguaia, todavia, não fazia parte da pauta cotidiana da imprensa

4 EBC. *Primeiro registro sobre a Guerrilha do Araguaia na imprensa faz 40 anos*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2012/09/primeiro-registro-sobre-a-guerrilha-do-araguaia-na-imprensa-faz-40-anos>>. Acessado em 26-9-2018.

sa. As sucessivas operações de limpeza executadas clandestinamente após 1975 dificultaram ainda mais o conhecimento dos fatos⁵ (MORAIS; SILVA, 2005).

Esse é apenas um exemplo de como a liberdade de imprensa foi tolhida durante a ditadura. Com o advento do AI-5, institucionalizou-se a censura prévia dos veículos de comunicação. No começo, agentes fardados ficavam nas redações para aprovar os textos que seriam publicados. Posteriormente, desenvolveu-se um aparato burocrático que enviava previamente quais assuntos estavam proibidos e qual a versão que se deveria divulgar de outros. Além disso, o governo pressionava os veículos ameaçando revogar a concessão pública de transmissão, no caso de emissoras de televisão e de rádio, e suspendendo subsídios para importação de papel, no caso de impressos, bem como selecionava quais meios receberiam verbas de propaganda oficial. Todo esse sistema foi, aos poucos, cooptando a cúpula dos grandes veículos de comunicação, isolando iniciativas individuais de alguns jornalistas que resistiam ao regime. Já em meados dos anos 1970, uma nova ordem social havia sido estabelecida e grande parte da imprensa eximiu-se de seu dever de fiscalizar. Fatos importantes, como as mortes de Lamarca e de Marighela, foram divulgados obedecendo-se a versão oficial estabelecida pela polícia. Com o Araguaia, não foi diferente. Apenas com o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, que a imprensa reinicia uma mobilização contra a ditadura, mas levaria anos para consolidar-se.

Com a redemocratização e a abertura de documentos sigilosos, novas incursões jornalísticas começaram a aparecer nos anos 1990. Todavia, o foco concentrava-se nos familiares dos desaparecidos e naqueles que sobreviveram ao confronto. É nessa época que se publica primeira reportagem conhecida a citar os aikewáras, relacionando-os à Guerrilha, feita pelo jornal *O Globo* (FERRAZ et al, 2014). A matéria concentrava-se nos restos encontrados

de Maria Lúcia Petit, identificada em 1996. Um hiato de mais de vinte anos havia se passado desde os crimes cometidos pelos militares sem que houvesse qualquer pronunciamento na imprensa a respeito dos aikewáras.

A falta de espaço na mídia não se restringe apenas aos indígenas, mas também aos camponeses que residiam na região. Segundo Leonencio Nossa, autor de *Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*, a população local ainda é tida, no geral, como mera testemunha dos conflitos⁶.

Em 1995, é criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), pelo Ministério da Justiça. Estabeleceu-se, assim, a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos durante a ditadura. Em 2001, funda-se a Comissão de Anistia, também pelo Ministério da Justiça. Em 2011, começam os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujas atividades estenderam-se até 2014, para investigar graves crimes contra direitos humanos entre 1946 e 1988. Em paralelo, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça vem promovendo as Caravanas da Anistia: sessões públicas itinerantes para apreciar requerimentos de anistia política.

Finalmente, em 2014, durante sessão da 87ª Caravana da Anistia, em Brasília, catorze aikewáras foram reconhecidos como anistiados políticos e indenizados em 120 salários mínimos cada um⁷. Sem dúvida, é um avanço em relação a injustiças cometidas no passado. Porém, a tribo ainda sofre com o preconceito de grande parcela população que ainda resiste em aceitá-los como iguais.

Com os avanços dos trabalhos da CNV e da Caravana da Anistia, algumas matérias sobre o so-

5 FOLHA DE S.PAULO. *Corpos foram abandonados, diz Curió*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/16/brasil/44.html>>. Acessado em 28-4-2017.

6 OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Guerra e guerrilhas do Araguaia*. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed728/guerra_e_guerrilhas_do_araguaia/>. Acessado em 26-9-2018.

7 FUNAI. *Comissão de Anistia concede indenização a indígenas Suruí do Pará*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3050-comissao-de-anistia-concede-indenizacao-a-indigenas-suru-i-do-para>>. Acessado em 26-10-2018.

frimento indígena durante a ditadura começaram a ser publicadas ao longo dos últimos anos, até que, aos poucos, os aikewáras começaram a ser vagamente citados. Ainda assim, a imprensa deu pouca atenção ao julgamento de 2014 dos aikewáras, que é um fato notável para a história do Brasil, visto que foi a primeira vez que um grupo de indígenas conquistou na Justiça a condição de anistiados políticos e que foram indenizados devido a torturas sofridas durante o regime militar.

A cobertura dos meios de comunicação sobre os aikewáras

Afim de determinar o espaço ocupado por pautas indígenas nos meios de comunicação, foi feito levantamento entre os principais jornais do país, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ)⁸, sobre a cobertura do caso dos aikewáras. Determinou-se o recorte temporal entre 2014, ano do julgamento realizado pela Caravana da Anistia, e dois anos antes, 2012.

Jornal	Julgamento	Data	Outra Matéria	Data
O Globo	Não		Sim	12/04/14
Correio Braziliense	Não			Não
O Estado de S. Paulo	Sim	19/09/14, 22/09/14	Sim	19/09/14, 27/10/14
Folha de S. Paulo	Sim	22/10/14		Não
Zero Hora	Não			Não
Diário do Pará	Não		Sim*	02/12/12
Agência Brasil	Sim	19/09/14	Sim*	26/09/12, 04/11/12, 17/11/12, 18/11/12, 03/11/14

Quadro 1 - Cobertura do julgamento de 2014 e publicação de alguma outra matéria em que os aikewáras são citados até a data.

⁸ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acessado em 28-4-2017.

Alguns dos principais jornais impressos do país restringiram-se a noticiar o fato; outros veículos, nem isso. À exceção do *Diário do Pará*, que publicou uma série de reportagens vencedora do prêmio Líbero Badaró, nenhum desses periódicos produziu uma reportagem aprofundada para contar o caso dos aikewáras detalhadamente à época do julgamento.

A falta de cobertura do fato fez com que o assunto fosse pouco conhecido pela sociedade e, conseqüentemente, pouco debatido. Essa conjuntura dificulta o avanço no debate sobre direitos indígenas, permitindo a perpetuação de posturas não condizentes com o Estado Democrático de Direito vigente no Brasil.

É notória a importância da comunicação pública neste caso. A Agência Brasil foi o meio que mais divulgou matérias envolvendo os aikewáras. Isso demonstra uma das aspirações da comunicação pública: garantir o espaço de minorias nos meios de comunicação e assegurar a divulgação daquilo que é de interesse público.

Paralelamente, foi feito levantamento para aferir como os aikewáras são referidos nos meios de comunicação em que são citados.

Jornal	Termo
Globo	suruí
Correio Braziliense	suruí, Suruí
Estado	aikewara, Aikewara, suruí
Folha	aikewara, Aikewara, suruí
Zero Hora ⁹	
Diário do Pará	Aikewara, Aikewára, Suruí
Agência Brasil	Aikewara, suruí

Quadro 2 - Termos usados por veículos impressos para designar o povo aikewára.

⁹ Na pesquisa realizada, não foram encontradas menções aos aikewáras no jornal Zero Hora. Os "suruí" encontrados no levantamento referem-se ao povo de Rondônia, os paiteres.

O mais notável desse levantamento é que, ainda hoje, todos os principais meios de comunicação que fizeram alguma referência aos aikewáras usaram, em pelo menos uma matéria, o termo “suruí”. Esse termo, usado originalmente pela Funai para designá-los em meados dos anos 1960, há muito tempo foi substituído pelo termo usado por esse povo para se autodesignar – “aikewára”, “povo daqui”, em oposição aos “aipewáras”, o “povo de longe”. Para eles, “suruí” é um termo pejorativo – “boca pequena”, que designa alguém que fala noutro idioma, ininteligível e culturalmente inferior (FERRAZ et al, 2014).

Esse é um claro indício da distância que separa a sociedade ocidental dos indígenas. Enquanto fomos incapazes de ao entender como eles preferem se autodenominar, como compreenderemos suas necessidades e anseios?

Além da falta de interesse por pautas indígenas, muitas vezes a cobertura jornalística é feita de maneira parcial, superficial e preconceituosa, ressonando velhos estereótipos advindos do período colonial. Esses estereótipos são, basicamente, enxergar o indígena como o “bom selvagem” cuja alma deve ser salva e convertida conforme nossa imagem e semelhança, ou como o “bárbaro violento” a ser dominado.

A associação do indígena ao exotismo aparece nas primeiras obras sobre o novo continente, como se pode ver em ilustração da obra *Mundus novus*, de Américo Vespúcio – que nunca chegou a visitar o novo continente. A xilogravura de Johann Froschauer que ilustra a carta de Vespúcio, publicada em 1505, é considerada a primeira imagem do indígena brasileiro (NEVES, 2009). Com barba e trajas sumários feitos de folhas ou plumas, praticando canibalismo, ela se aproxima da visão europeia do bárbaro calcada pelo Império Romano. O canibalismo, praticado por algumas tribos com caráter religioso, é visto de maneira mundana.



Figura 1 - Xilogravura de Johann Froschauer para a carta *Mundus novus*, de Américo Vespúcio.

Essa visão negativa do indígena foi reforçada durante a ditadura militar. Os povos autóctones eram vistos como um “problema” a ser solucionado. E a floresta, o “inferno verde” a ser dominado. Em prol do progresso, várias tribos foram deslocadas – quando não exterminadas –, grandes extensões de floresta devastadas e quase nenhum estudo de impacto ambiental realizado. Apenas em fins dos anos 1990 que a sociedade passa a conhecer melhor alguns dos crimes cometidos pelo Estado contra indígenas. É o caso da Guarda Rural Indígena (Grin)¹⁰ ou dos centros de recuperação: o Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG)¹¹.

10 PUBLICA. *Treinados pela PM, índios-soldados reprimiam seus pares*. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/treinados-pela-pm-indios-soldados-reprimiam-seus-pares/>>. Acessado em 28-4-2017.

11 CARTA CAPITAL. *Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ditadura-criou-cadeias-para-indios-com-trabalhos-forcados-e-torturas-8966.html>>. Acessado em 28-4-2017.



Figura 2 - Cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker, que mostra cenas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970. Viria a se tornar o único registro conhecido de prática de tortura em evento oficial no Brasil¹².

Ainda temos pouca noção da extensão dos estragos gerados por essas arbitrariedades. A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, de 2014, traz alguma luz sobre esses horrores. Ao passo que, entre não indígenas, a quantidade oficialmente reconhecida de mortos e desaparecidos durante a ditadura é de 435 pessoas, entre indígenas esse número salta para 8.350 (CNV, 2014).

Trazendo a questão de como os veículos retratam indígenas para os dias atuais, um exemplo clássico na mídia impressa é a capa de uma edição de junho de 1992 da revista *Veja*. Nela, figura o indígena caiapó Benkaroty Kayapó, mais conhecido como Paulinho Paiakã. Acusado de estupro, com a ajuda de sua esposa, uma jovem de dezoito anos, em um processo judicial que se arrastaria por anos e eivado de problemas, Paiakã foi rapidamente exposto pela revista como um "selvagem", retratando-o como culpado muito antes de qualquer condenação. Independentemente do resultado do julgamento, que ocorreria quase uma década depois, a mídia não hesita em retratar o indígena sob um estereótipo que remonta ao colonialismo.

12 FORUMDOC.BH. *Arara - Guarda Rural Indígena*. Disponível em: <<http://www.forumdoc.org.br/movie/arara-guarda-rural-indigena/>>. Acessado em 28-4-2017.



Figura 3 - Capa de edição de junho de 1992 da revista *Veja* retratando Paulinho Paiakã como selvagem.

Diferentes visões dos fatos

É interessante ressaltar duas matérias a respeito do caso dos aikewáras. Elas se distinguem quanto à abordagem e ao fazer jornalístico. A primeira é de Lucas Figueiredo, escrita para a revista *GQ Brasil*¹³. A segunda é uma série de reportagens de Ismael Machado para o *Diário do Pará*.

Em 2011, o jornalista Lucas Figueiredo escreveu uma reportagem sobre o caso da invasão da aldeia aikewáras pelas forças militares para a edição nº 1 da revista *GQ Brasil*, intitulada *O segredo dos índios aikewara*. Figueiredo, contudo, inverteu os papéis, colocando os indígenas não como vítimas,

13 BLOG DO LUCAS FIGUEIREDO. *O segredo dos índios Aikewara*. Disponível em: <<https://lfigueiredo.wordpress.com/2012/01/31/arquivo-de-reporter-o-segredo-dos-indios-aikewara/>>. Acessado em 28-4-2017.

mas sim como algozes dos guerrilheiros, agindo em conluio com as forças armadas com vistas a ser recompensados. Na reportagem, os aikewáras são referidos por diversas vezes como “mercenários de guerra do Exército”, “máquinas de caçar e matar homens” e “cortadores de cabeça” que praticavam aborto e infanticídio para fugir dos inimigos.

Para comprovar sua pauta, Figueiredo valeu-se da memória de outras pessoas, supostamente envolvidas no caso, como dois ex-militares e dois camponeses, cuja imparcialidade é questionável. Uma das principais fontes do repórter, o coronel da reserva Aluísio Madruga de Moura e Souza é autor de livros como *Guerrilha do Araguaia - revanchismo: a grande verdade*, que ataca “as versões fictícias da mídia esquerdista”¹⁴. Na reportagem, Souza alega não saber detalhes sobre o envolvimento dos aikewáras no combate à Guerrilha, apesar de acusá-los de decepar guerrilheiros, o que denota a contradição do texto – oras, como pode ter certeza do que alega, se reconhece não saber detalhes do fato? Sem o cuidado de verificar o depoimento das fontes, Figueiredo prefere arriscar o “furo” jornalístico. Em seu texto, o repórter se limita a registrar que a outra parte, os indígenas, nega os fatos. Fica, então, a palavra de um contra a de outro, dando-se preferência para o lado que lhe convém e ignorando um princípio básico do Direito: a presunção da inocência, cabendo a quem acusa o ônus da prova.

Tal versão dos fatos é refutada não apenas pelos aikewáras, mas também por antropólogos que convivem com eles há décadas, como Iara Ferraz, por ex-guerrilheiros, como Toninho do Araguaia, e pelas equipes da Caravana da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, que sempre se mantiveram abertas para o contraditório.

14 GRUPO INCONFIDÊNCIA. Disponível em: <http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=560:guerrilha-do-araguaia-revanchismo-a-grande-verdade&catid=179:livros&Itemid=141>. Acessado em 9-6-2017.

No segundo caso, a série de reportagens de Ismael Machado para o *Diário do Pará*, intitulada *A guerra suja e os suruís*, buscou aprofundar a pauta. O jornalista ficou dias na tribo, procurando a verdade dos fatos e ouvindo diferentes lados, não apenas aquele que respaldava seu ponto de vista. O resultado foi incontestável: Machado recebeu os prêmios Líbero Badaró, Vladimir Herzog e o de Direitos Humanos no Jornalismo¹⁵. Já a de Figueiredo se mostrou um trabalho irrelevante, longe do “furo” que o autor pretendia.

Conclusão

Os aikewáras são um exemplo do descaso da sociedade para com os povos indígenas, injustiça essa agravada por instrumentos como o AI-5, que dificultou o acesso à informação. A primeira matéria sobre a Guerrilha do Araguaia saiu apenas meses após o início dos conflitos. Anos depois, persistia a tática da desinformação e do silêncio, ocultando-se provas e eliminando-se testemunhas. Os efeitos nefastos dessa política são profundos e percebidos ainda hoje. A sociedade como um todo perde, não apenas determinados grupos.

Mesmo após anos de luta por indenização e a conquista da anistia na Justiça, os aikewáras ainda são tidos equivocadamente por alguns como responsáveis por crimes cometidos durante o confronto no Araguaia. Esse pré-julgamento tem suas raízes em sentimentos sedimentados pelo antagonismo entre colonizador e colonizado. A figura do indígena como óbice para o progresso e como ameaça à civilização persiste. Apesar da multiplicidade dos meios de comunicação atuais, essa barreira cultural ainda não foi totalmente vencida, apesar dos avanços sociais conquistados. Produções jornalísticas recentes continuam a retratar o indígena simplesmente como um bárbaro – quando

15 DIÁRIO ONLINE. Prêmios fortalecem grandes reportagens locais. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-258920-.html>>. Acessado em 30-9-2018.

não ignoram pautas dessa parcela da população, esquecendo-se da função social do comunicador.

O AI-5, assim como a ditadura em si, tomou as proporções que conhecemos hoje em grande parte graças à conveniência de setores da sociedade, inclusive alguns indivíduos do meio jornalístico. Em um momento em que o País volta a ter sua democracia fragilizada, é fundamental manter uma vigilância constante contra injustiças cometidas contra minorias e, uma vez tomando conhecimento do fato, praticar a função precípua do jornalista: comunicar a sociedade. O passado nos mostra a importância de a imprensa exercer seu papel de investigação e de divulgação dos fatos. No que se refere a assuntos indígenas, os veículos de comunicação permanecem como atores relevantes, pois injustiças contra esses povos são cometidas ainda hoje. A CNV deu um grande passo ao concluir o relatório sobre as investigações do período da ditadura, mas esse trabalho se perderá caso não seja divulgado. Outro passo importante seria fortalecer a comunicação pública, que se mostrou, no caso em tela, a mais atuante para dar vazão a anseios dos mais vulneráveis.

Referências

- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p.
- FERRAZ, I.; CALHEIROS, O.; SURUÍ, T.; SURUÍ, Y. *O tempo da guerra: os aikewára e a guerrilha do Araguaia*. 2014.
- FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- FREIRE, M. J. A. A representação do índio na imprensa brasileira – o caso Payakã. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23., 2000, Manaus. *Anais...* Manaus: INTERCOM, 2000.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, T. J. *Aikewáras: a guerra contra o esquecimento*. 2017. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- MELO, Patrícia Bandeira de. *O índio na mídia: discurso e representação social*. Observadordeste. Fundação Joaquim Nabuco, 2008.
- MINARDI, D. Mídia e representações sociais indígenas: caso do ataque ao acampamento guarani kaiowá. CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 8., 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- MORAIS, Tais de, SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NEVES, I. S. *A invenção do índio e as narrativas orais tupi*. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.
- STEIN, E. A. The Unraveling of Support for Authoritarianism: The Dynamic Relationship of Media, Elites, and Public Opinion in Brazil, 1972-82. *The International Journal of Press/Politics*, v. 18, n. 1, p. 85-107, 2012.

Thomas Jefferson Gonçalves - Possui duas graduações e uma pós-graduação em Comunicação. Gonçalves é servidor público no Senado Federal e chefe do Setor de Multimídia da Secretaria de Editoração e Publicações. E-mail: tonyjeff@hotmail.com

Fernando Oliveira Paulino - Diretor e Professor nos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Doutor, Mestre e Graduado em Comunicação, Paulino é Diretor de Relações Internacionais da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação e integra a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. E-mail: paulino@unb.br

Recebido: 26 out. 2018

Aprovado: 20 dez. 2018

